# Clipping Nacional de EDUCAÇÃO

Brasília, 27 de Novembro de 2019

dgbb assessoria de imprensa
SCN Qd. 01, Bloco A Ed Number One, Sala 1402 - Brasília/DF
ww.dgbb.com.br

# Representantes de quilombolas e indígenas pedem Fundeb com mais recursos

Um maior investimento por aluno nas escolas indígenas e quilombolas foi defendido ontem em audiência na Comissão de Educação (CE). O debate tratou do impacto do novo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb) na educação em territórios com alta vulnerabilidade.

A professora Maria José Sousa Silva, representante dos quilombolas de Mirandiba (PE), afirma que existe um *apartheid* entre as escolas segundo a cor da pele dos alunos.

Aos 16 anos, Clarice Alves Rezende, representante das meninas indígenas da tribo pataxó-hã-hã-hãe, da Bahia, também disse sentir-se excluída.

— Quando eu me formar no ensino médio no ano que vem e receber o meu diploma, aquele pedaço de papel vai representar todos os dias em que o ônibus da escola quebrou, todas as vezes que ficamos meses sem professores, sem sala para estudar, sem merenda.

Para Gersem Baniwa, do Foro Nacional de Educação Escolar Indígena, o Fundeb garantiu a abertura de mais escolas para os índios, mas a distribuição dos recursos seria influenciada por

Roque de Sá/Agência Senado

**Flávio Arns e Clarisse Alves Rezende ouvem a líder quilombola Maria José Souza Silva *(C)***

um "racismo geográfico", que privilegiaria outras escolas em detrimento das indígenas.

O Fundeb perde a validade em 2020 e responde por mais de 60% dos investimentos em educação básica pública no país. Tramitam no Congresso algumas PECs para perenizar o fundo, entre elas a PEC 65/2019, relatada por Flávio Arns (Rede-PR), vice-presidente da CE, que requereu a audiência

A representante da Comissão Nacional de Comunidades Quilombolas, Gilvânia Nascimento, denunciou o desmonte desse tipo específico de educação. Já a representante brasileira do Fundo Malala, Denise Carreira, disse que é preciso fortalecer o controle social da aplicação dos recursos.

## Mais dinheiro

Para a representante da Articulação Nacional de Mulheres Negras Brasileiras, Benilda Brito, "garantir o Fundeb é uma possibilidade de romper com o racismo". Já o coordenador da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, Daniel Cara, destacou a necessidade de o Fundeb também criar matrículas e de haver participação maior da União no repasse de recursos.

O presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), Heleno Araújo, também apoia um maior aporte da União dos atuais 10% para 40% do total das receitas dos fundos estaduais e municipais.

### Novo fundo deve ser discutido também hoje

A Comissão de Educação pode promover hoje outra audiência, dessa vez sobre o Dia Nacional de Mobilização pelo Novo Fundeb. Foram convidados a governadora do Rio Grande do Norte, Fátima Bezerra; os presidentes da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação, da Associação Nacional de Pesquisa em Financiamento da Educação e da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas; e a coordenadora-executiva do Fórum Nacional Popular de Educação, Adércia Bezerra Hostin.

O GLOBO | 27/11/19 | SOCIEDADE

# Comissão da Câmara classifica gestão do MEC como 'insuficiente'

Relatório conclui que a pasta não conduziu ações efetivas para a Política Nacional de Alfabetização, tida como prioridade; ministro da Educação afirma não ter lido documento

PAULA FERREIRA
paula.ferreira@infoglobo.com.br
BRASÍLIA

**"Nem li".** Segundo relator, Abraham Weintraub foi convidado a comparecer à Comissão, mas não quis se manifestar

Um relatório produzido pela Comissão Externa (Comex) de acompanhamento do Ministério da Educação (MEC) da Câmara classificou a gestão da pasta como "insuficiente" e emitiu 52 recomendações ao órgão. O texto traz um panorama das ações do governo de Jair Bolsonaro na Educação e conclui que a gestão do órgão está "muito aquém do esperado". De acordo com o relatório do grupo, em comparação às gestões de Michel Temere Dilma Rousseff, o MEC de Bolsonar o possuio menor número de pessoas em cargos de confiança com atuação prévia na área da educação.

O texto afirma ainda que alterações na estrutura da pasta acabaram esvaziando políticas em áreas como diversidade eque, até o momento, o ministério não demonstrou "prioridade real" para políticas voltadas para a alfabetização.

O relatório faz um diagnóstico de várias áreas, como orçamento, iniciativas lançadas pelo governo, avanço nas metas do Plano Nacional de Educação (PNE), políticas de alfabetização e formação de professores, entre outros. O GLOBO teve acessoa o texto, que foi antecipado pelo jornal "O Estado de S. Paulo". As conclusões da comissão foram elaboradas após 12 reuniões com o MEC e órgãos ligados à pasta. O grupo, coordenado pela deputada Tabata Amaral (P D T- SP ), com relatoriado deputado Felipe Ri goni( PS B- ES ), também realizou cerca de nove audiências públicas e solicitou dados ao MEC.

Em relaçãoà Política Nacional de Alfabetização( PNA ), anunciada co moumadas prioridades do governo Bolsonaro, acomissão ao contrário do discurso, o MEC não conduziu ações efetivas na área. Segundo o texto, apenas foi feito um caderno com revisão bibliográfica parcial sobre o tema.

Segundo a comissão, o ministério aindade gestões anteriores, como o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa(Pnaic),et em atrasado repasses para outras iniciativas na área, como o Programa Mais Alfabetização. Nesse ponto, o documento anal isaque a criação de uma secretaria específica para a área não foi suficiente para colocarem prática política pública para a área. A comissão estabelece uma recomendação de que o MEC implemente a PNA até março de 2020.

A análise feita pela Comex no orçamento do órgão indica que a execução dos recursos foi baixa inclusive na educação básica, que é

tida como foco principal pelo ministro Abraham Weintraub. O texto revela que até julho a rubrica de "Apoio ao desenvolvimento da educação básica" tinha "execução próxima a zero". Os recursos destinados a investimento também baixaram em relação a 2018. Enquanto no ano passado foram executados 11,7% dos valores autorizados, em 2019 foram 4,4%.

ENSINO SUPERIOR

Em relação ao ensino superior, o relatório afirma que o programa "Future-se", lançado pelo MEC como alternativa ao financiamento das universidades federais, foi a ação mais contundente do governo para a área, mas os parlamentares criticam a estrutura da iniciativa e dizem que ela pode acabar gerando novos problemas.

Segundo o texto, o projeto apresenta"fragilidades e inconsistências ", além de"pouco detalham entoem relação ao funcionamento das organizações sociais( OS ), oque pode aumentara desigualdade entre as Ifes, os riscos de corrupção eafr agilização da autonomia institucional ". A análise da Comex é de que a troca constante de servidores na pasta atrapalha a condução de políticas no M EC ."Enquanto o padrão dos governos anteriores foi de um pico de desonerações no início do governo, voltando à estabilidade em aproximadamente cinco meses, a atual administração direta manteve um alto número de exonerações até último mês analisados".

O relatório ainda poderá sofrer alterações até sua apresentação, prevista para a próxima semana. Após sua finalização, as recomendações serão apresentadas formalmente ao MEC. Relator da comissão, o deputado Felipe Rigoni (PSB-ES) afirmou que a Comissão solicitou encontro com Weintraub, mas não foi atendida.

— Com certeza foi um ano perdido no MEC. Se não foi totalmente perdido, foi praticamente —avaliou o deputado.

O ministro da Educação não quis comentar os resultados apresentados no relatório da Comex. Após agenda com o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), na tarde de ontem, Abraham Weintraub afirmou que não leu o documento.

—Não cheguei a ver. Par afalara verdade, eu nem li —disse o chefe da pasta.

O GLOBO | 27/11/19 | SOCIEDADE

# Capes vai oferecer 1.800 novas bolsas de pós-graduação a partir de 2020

ACoordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) anunciou ontem que vai investir R$ 200 milhões, pelos próximos quatro anos, em cursos de mestrado e doutorado. Com os recursos, 1.800 novas bolsas de pós-graduação com foco nos programas com notas 3 e 4 deverão ser ofertadas a partir de março de 2020. A iniciativa é uma parceria com o Conselho Nacional das Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa (Confap).

—AC apestem amissão da internacionalização, com foco nos programas de excelência. Mas não pode deixar dela doa mitigação das assimetrias estaduais. Há programas que estão em fase inicia leque, sem o apo ioda Capes, não conseguem ter musculatura pra chegar à excelência internacional —disse o presidente da entidade, Anderson Correia.

Segundo a Capes, cada estado deverá indicar quais áreas irá priorizar. A partir dessa lista, a Capes vai selecionar os programas que receberão os investimentos. A entidade vai contemplaros cursos com notas 3 e 4("bom" e "muito bom") —a escala vai até 7 —e que têm entre cinco e oito anos.

—Cada estado tema sua particularidade. Colocamos algumas áreas como exemplos. Não são fixas, mas energia é uma, já que pensamos num país que tenha autonomia energética em todas as frentes. Mobilidade é outra, e também saúde, meio ambiente, área de gestão e indústria 4.0 —exemplificou Correia.

Ainda segundo ele, os recursos têm ori gemem duas frentes: o descontingenciamento de verbas pelo Ministério da Educação e apre visão de maior orçamento para a entidade em 2020.

*Estagiário, sob supervisão de Eduardo Bresciani

**DNA** O Ministério da Educação mudou o nome da Plataforma Paulo Freire, criada na gestão de Fernando Haddad (PT) para a inscrição de professores em cursos de licenciatura, para Plataforma Capes.

FOLHA DE SÃO PAULO | 27/11/19 | OPINIÃO

# Virtude na marra

*HÉLIO SCHWARTSMAN*

O veganismo é perfeitamente válido como escolha individual. Entra na mesma categoria das religiões, credos filosóficos, opções políticas, gostos literários e fetiches sexuais. Isso significa também que o Estado não tem legitimidade para impô-lo a ninguém e nem mesmo para incentivar cidadãos a segui-lo --da mesma forma que não pode puxar a sardinha para nenhuma fé religiosa.

À luz desses truísmos, é esquisita a história da militante vegana e promotora de Justiça Letícia Baird, do Ministério Público da Bahia, que vem obrigando escolas públicas de algumas cidades do sertão baiano a assinar termos de ajustamento de conduta nos quais se comprometem a reduzir paulatinamente o teor de proteínas animais na merenda servida aos alunos até substituí-las por produtos vegetais. Hoje, 32 mil estudantes de 154 escolas da região já consomem duas vezes por semana um cardápio sem itens de origem animal.

Obviamente, o MP baiano não descreve o programa Escola Sustentável como evangelização vegana, hipótese em que estaria confessando um desvio, mas sim como uma iniciativa destinada a melhorar a saúde das crianças, reduzir gastos e diminuir o impacto ambiental da merenda.

A narrativa tem dois problemas. Em primeiro lugar, embora alguns profissionais de saúde, em geral veganos, afirmem que crianças podem adotar sem problemas uma dieta exclusivamente vegana, o consenso médico recomenda que, nestes casos, haja suplementação de ferro e de algumas vitaminas. E é complicado pensar em suplementação numa área em que a metade da população tem renda mensal inferior a meio salário mínimo.

Em segundo lugar, a criançada não curte muito o cardápio vegano e deixa grandes quantidades de sobras no prato, o que compromete a ideia de que a iniciativa promove a eficiência do gasto público.

O mundo melhoraria bastante se as pessoas parassem de tentar determinar como os outros devem viver.

# Richa é réu pela 4ª vez por desvio de verba escolar

CURITIBA O ex-governador do Paraná Beto Richa (PSDB) virou réu pela quarta vez no âmbito da operação Quadro Negro, que investiga supostos desvios de ao menos R$ 20 milhões em verbas para obras em escolas públicas no estado.

A Justiça aceitou denúncia do MP por crimes de lavagem de dinheiro e obstrução de investigação. Também viraram réus a esposa do político e o contador da família. Um dos filhos do ex-governador foi denunciado por lavagem de dinheiro.

Segundo o Ministério Público, em 2013 Richa e familiares adquiriram um conjunto de salas comerciais em Curitiba por R$ 2,2 milhões. Desse total, cerca de R$ 830 mil teriam sido pagos em dinheiro com propina recebida de construtoras investigadas na Quadro Negro.

A defesa diz que recebeu a notícia com "perplexidade", pois os fatos citados foram alvo de acusações anteriores. **Katna Baran**

FOLHA DE SÃO PAULO | 27/11/19 | COTIDIANO

# Professores da rede estadual de SP decidem parar no dia 3

Emilio Sant'Anna

SÃO PAULO Os professores da rede estadual de São Paulo aprovaram uma paralisação contra a reforma da previdência do estado de São Paulo e as mudanças na carreira do magistério anunciadas na última semana pelo governador João Doria (PSDB).

A decisão foi tomada em assembleia realizada na tarde desta terça-feira (26), em frente à Alesp (Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo).

Segundo a Apeoesp (sindicato dos professores), a categoria deve parar na próxima terça-feira (3), dia em que o projeto de lei da reforma da previdência do estado deve entrar na pauta de votações do Legislativo paulista, e em todos os outros dias de votação em que possa voltar à pauta.

Parte dos professores pedia a paralisação imediata, mas a proposta de paralisação no dia da votação, que pode se repetir, teve maioria.

A proposta de reforma foi enviada em 12 de novembro por Doria à Alesp e segue os moldes da reforma do INSS, instituindo idade mínima de 62 anos para mulheres se aposentarem e de 65 anos para homens, além de tempo mínimo de contribuição de 25 anos. A reforma prevê ainda o aumento da contribuição previdenciária de 11% para 14%, o que a categoria chama de "confisco".

"Doria quer que trabalhemos mais, paguemos mais e ganhemos menos de aposentadoria", diz o sindicato, em nota.

Sobre as mudanças no plano de carreira do magistério, o governo afirmou que vai modernizar a carreira de professor. A mudança, diz, será feita por um projeto de lei a ser enviado para o Legislativo.

O plano prevê aumentos na forma de subsídios —modalidade em que é vedado o acréscimo de gratificações e adicionais— e não como reajustes.

Os valores chegarão a 54% até 2022 para o piso da categoria e a adesão é voluntária para quem já está na rede. De acordo com o secretário de Educação, Rossieli Soares, a estimativa do governo é de até 60% de adesão da categoria.

O modelo de subsídios, porém, não prevê a inclusão de gratificações, apenas a gratificação por desempenho de função. Os valores não podem ser incorporados aos salários.

Apesar de não falar em reajuste para a categoria neste

## Entenda o que pode mudar na carreira dos professores de SP

- Salário inicial, por 40 horas semanais, passa de R$ 2.585 para R$ 3.500, em 2020, e para R$ 4.000, em 2022
- Aumentos passarão a ser concedidos na forma de subsídios e não mais como reajustes; nessa modalidade, é vedado o acréscimo de gratificações e adicionais
- Criação de 15 níveis de carreira, com intervalo de dois anos entre as evoluções, a partir de uma prova obrigatória
- Equiparação salarial para professores com o mesmo tempo de serviço nos anos iniciais e finais da educação básica e média
- Adicional de 10% para docentes com mestrado e de 5% para os com mestrado

ano, o governo planeja gastar cerca de R$ 4 bilhões em três anos com esse projeto. Segundo Soares, a pasta não terá verba extra e o dinheiro virá da economia obtida com outras medidas.

O valor pago hoje a um professor em início de carreira, por 40 horas semanais, é de R$ 2.585, menor do que o piso nacional. O plano do governo paulista é elevar esse salário para R$ 3.500 no próximo ano e para R$ 4.000 em 2022.

A reestruturação criará 15 níveis de carreira, com intervalo de dois anos entre as evoluções e equiparação de rendimentos entre docentes com o mesmo tempo de serviço dos ensinos fundamental 1 e 2.

Para a Apeoesp, o plano não é aceitável, pois faria com que os professores que aderissem à nova carreira perdessem direito a benefícios.

Outro ponto é a evolução na carreira. De acordo com o projeto do governo, isso ocorreria a cada dois anos e uma prova seria obrigatória para ter direito à progressão. O sindicato afirma que, com a carga horária dos professores, muitas vezes dividida entre várias escolas, poucos teriam tempo para se preparar.

FOLHA DE SÃO PAULO | 27/11/19 | COTIDIANO

# Relatório da Câmara aponta falhas no MEC

SÃO PAULO Um relatório preliminar de comissão da Câmara dos Deputados aponta problemas no Ministério da Educação como a falta de mulheres em cargos de alto escalão, pouca experiência dos servidores em cargos de confiança e ausência de planejamento para implementação de ações.

"No fim das contas, a conclusão é de que a execução da educação brasileira está solta e não segue um planejamento estratégico ou tático", afirma o deputado Felipe Rigoni (PSB-ES), relator do grupo.

A **Folha** teve acesso ao documento, revelado pelo jornal O Estado de S. Paulo.

A comissão foi criada em maio deste ano pelo presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), a partir de requerimento assinado por 50 deputados de diferentes partidos.

O objetivo era acompanhar o desenvolvimento dos trabalhos do MEC, em meio a cortes de verbas da educação e incertezas sobre o Enem (Exame Nacional do Ensino Médio).

É a primeira vez em que um grupo do tipo é formado na Casa para analisar o trabalho da pasta, hoje comandada por Abraham Weintraub.

Sobre o planejamento estratégico, o documento diz que o MEC não o apresentou em 2019 e que os planos de trabalho da pasta são pouco robustos. E não apresentam especificidade nas priorizações, clareza nas metas ou estabelecem responsáveis ou prazos para cumprimento das ações.

Entre os projetos com problemas está a nova Política Nacional de Alfabetização, meta apresentada para o MEC nos primeiros cem dias de governo que prioriza o chamado método fônico (que concentra a atenção na relação entre sons e letras).

O relatório diz que, apesar de anunciada como prioridade, não foi implementada e não há plano de ação que a detalhe ou determine quando chegará às escolas. O ministro da Educação afirmou em outubro que a política chegaria às salas de aula em 2020.

O documento da Câmara diz ainda que metas do PNE (Plano Nacional de Educação) estão atrasadas. Aprovado por meio de lei em 2014, estabelece 20 metas para serem cumpridas entre 2015 e 2024. Segundo o texto, a Base Nacional Comum Curricular também segue com muitos pontos de indefinição.

A falta de investimentos, em um ano de contingenciamento de recursos para a área da educação, é outra questão. Apenas 4,4% do montante para investimentos do MEC foi gasto de janeiro a julho, menos da metade do que foi investido no mesmo período de 2018, segundo o documento.

Mudanças na estrutura organizacional seriam as responsáveis por "sobreposições de atividades e lacunas de atuação em áreas fundamentais".

Entre as alterações estão o alto número de exonerações. Segundo o documento, enquanto em governos anteriores o padrão era de exonerações no início da nova gestão seguidas por estabilidade em cerca de cinco meses, a pasta atual manteve o número alto de exonerações até setembro.

O documento também diz que a interferência do governo na escolha de reitores, distribuição de recursos e con-

tingenciamento seletivo colocam em risco "a autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial das instituições de ensino superior".

O relatório, de 268 páginas, foi feito com base em 38 requerimentos de informação, 12 visitas técnicas ao MEC, nove audiências públicas, análise de documentos oficiais e consultas a especialistas. Foi enviado para os parlamentares do grupo no último domingo (24), segundo Rigoni.

O texto contém 52 sugestões para o Executivo para melhorar a condução de políticas educacionais. Foi enviado aos parlamentares do grupo no domingo (24), para que façam considerações.

Em nota, o MEC afirma que "lançará em breve programas e materiais sobre a Política Nacional de Alfabetização". Sobre a execução orçamentária, diz que "o descontingenciamento total dos recursos só foi realizado há quatro dias" e que "o MEC já empenhou mais de 80% dos gastos discricionários e trabalha para executar todo o orçamento".

FOLHA DE SÃO PAULO | 27/11/19 | COTIDIANO

# Ação da Polícia Federal contra fraudes em merenda escolar prende 20 em SP

Marcelo Toledo

RIBEIRÃO PRETO Ao menos 20 pessoas foram presas nesta terça-feira (26) na segunda fase da operação Cadeia Alimentar, deflagrada pela PF (Polícia Federal) para desarticular irregularidades em licitações e desvios de verbas da merenda escolar em cerca de 50 municípios paulistas.

Três ex-prefeitos, uma vereadora em exercício do cargo, cinco ex-secretários de prefeituras, dois atuais secretários, um procurador, quatro funcionários públicos em atividade, quatro lobistas, três empresários, gabinetes de três prefeituras e uma Câmara estão entre os alvos da operação.

Os criminosos agiam de várias formas, sempre com o objetivo de buscar favorecer agentes públicos, lobistas ou empresários, segundo Marcelo Ivo de Carvalho, delegado regional de combate ao crime organizado.

Entre as modalidades estão o direcionamento de licitações em favor de determinada empresa, o pagamento de propinas que variavam de 10% a 14% do valor do contrato e até mesmo o pagamento por prefeituras de alimentos que não foram entregues.

"Eles chamam o direcionamento de licitações de trava ou cadeado, e colocam itens específicos para direcionar para determinada empresa. Se outra empresa ganhasse, havia a possibilidade de desqualificar a vencedora na fase de amostra para beneficiar o empresário que participava do esquema", disse o delegado da PF Bruno Rigote, que coordenou a operação.

Foram cumpridos mandados de prisão em 19 cidades: Americana, Atibaia, Campinas, Cotia, Cubatão, Franca, Itapevi, Matão, Rio Claro, Santos, São Carlos, São Joaquim da Barra, São José do Rio Preto, São Paulo, São Roque, São Vicente, Sorocaba, Sumaré e Taquaritinga. Já mandados de busca e apreensão foram cumpridos em 27 localidades.

A propina variava com a participação ou não de lobistas. No caso de pagamento por serviço não prestado, 100% do valor do contrato era dividido meio a meio entre envolvidos na administração pública e na empresa fornecedora.

Os esquemas funcionavam pelo menos desde 2013, conforme a PF. O total desviado ainda não é conhecido, mas há contratos que chegam a R$ 10 milhões. Não é possível, segundo a polícia, dizer que os estudantes dos municípios envolvidos ficaram sem merenda escolar, mas, sim, que prefeituras pagaram por produtos de merenda que nem sequer foram oferecidos.

"Podemos afirmar que o contrato foi superfaturado e que teria sido possível comprar muito mais com aquela mesma quantia de dinheiro. Com certeza os alunos comeram coisas de qualidade inferior ao que poderiam ter recebido", afirmou Rigote.

A polícia detectou pagamentos em contas bancárias em nomes dos próprios funcionários públicos ou de familiares e advogados dos envolvidos e, também, em espécie, dentro das prefeituras.

Os nomes dos envolvidos não foram revelados, mas um dos alvos de busca e apreensão foi o ex-prefeito de Franca Alexandre Ferreira, que governou a cidade entre 2013 e 2016. Ele teve um computador e um celular apreendidos.

Em redes sociais, o ex-prefeito afirmou que tomou conhecimento dos fatos nesta terça de manhã e que está "à disposição das autoridades competentes para prestar os esclarecimentos necessários à apuração dos fatos investigados".

Ao todo, 240 policiais federais cumpriram 55 mandados de busca e apreensão e prenderam 20 pessoas temporariamente. Outras 7 pessoas tinham mandados de prisão expedidos, mas não foram encontradas pela PF —duas procuraram a polícia para dizer que se entregarão nesta quarta-feira (27). Bens de envolvidos foram bloqueados e a Justiça determinou também o bloqueio de valores em contas bancárias até R$ 2 bilhões.

A primeira fase da operação, deflagrada em maio de 2018, teve como objetivo investigar conluio de empresários para fraudar licitações. Eles, conforme a investigação, se reuniam para fatiar licitações em cidades paulistas.

Dois dos investigados —José Geraldo Zana e Jorge Luiz Rodrigues— fizeram delação premiada à PF e ao Ministério Público Federal em julho do ano passado, que resultaram na operação desta terça.

"[O] teor confirma fatos anteriores e apresenta novos fatos ligados à fraude em licitações e eventuais pagamentos de propinas a servidores públicos e/ou pessoas por eles indicadas, em troca de favores e benefícios", diz trecho da decisão do juiz Augusto Martinez Perez, da 4ª Vara da Justiça Federal de Ribeirão Preto.

Os investigados podem ser responsabilizados por organização criminosa, falsidade ideológica, fraude em licitação, corrupção ativa, corrupção passiva e prevaricação.

Dos 20 presos, 5 informaram o desejo de fazer delação premiada e já confirmaram os crimes, segundo Rigote.

O ESTADO DE S. PAULO | 27/11/19 | METRÓPOLE

# Deputados querem blindar verba de Educação

*Comissão que fez um raio X do MEC pretende barrar contingenciamentos como o deste ano, que afetou diretamente universidades*

Breno Pires / BRASÍLIA

A comissão da Câmara dos Deputados que diagnosticou um cenário de paralisia na gestão do Ministério da Educação pretende apresentar uma proposta de emenda à constituição (PEC) para blindar a pasta de bloqueios do Orçamento. Essa é uma entre as 18 propostas legislativas sugeridas no relatório antecipado pelo Estado.

A PEC evitaria cortes como os que foram feitos neste ano pelo governo nos repasses a universidades, por exemplo. Segundo o ministério comandado por Abraham Weintraub, apenas há quatro dias foi feita a liberação total dos recursos.

Outra proposta de impacto financeiro elevado é a que obriga os parlamentares a repassar 10% das emendas individuais para financiar ações e serviços públicos de manutenção e aprimoramento do ensino. "Medidas como essas vão no sentido contrário à construção do Novo Pacto Federativo, engessando ainda mais o orçamento – que já conta com 95% de despesas obrigatórias", rebateu o Ministério da Economia.

O relatório da comissão será apresentado oficialmente no próximo dia 1.º e deve ser votado no dia 3. Só depois se definirá o cronograma das propostas legislativas no Congresso. O conjunto de projetos encontra ressonância na agenda social que o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), vem defendendo.

Ensino superior. Além de sugerir novas propostas, o grupo que compõe a comissão da Câmara defende a aprovação de medidas que já tramitam no Congresso e fazem recomendações para o setor educacional. Entre elas estão ideias para aumentar a arrecadação no ensino superior. Na lista de propostas gestadas pelo grupo consta a de retirar a exigência de dedicação exclusiva de professores das instituições federais de ensino superior. Além de permitir a contratação dos docentes para o desenvolvimento de projetos para o mercado, há o plano de estabelecer, por meio de lei, que 10% dos recursos obtidos por professores na iniciativa privada sejam repassados à universidade federal. A coordenadora da comissão, Tabata Amaral, afirmou que é preciso garantir os recursos para a área e "proteger a educação".

# CORREIO DEBATE »
# Ensino ruim bloqueia emprego

País tem produtividade estagnada desde os anos 1980 devido à baixa qualidade da educação, diz professor do Insper. Para ele, União, estados e municípios precisam juntar forças para melhorar a gestão do sistema educacional e abrir oportunidades à população

» Simone Kafruni
» Gabriel Pinheiro*

Naércio Menezes, coordenador do Centro de Políticas Públicas do Insper: "Se não melhorarmos a produtividade, a taxa de desemprego não vai cair. Em 2010, a produtividade estava no mesmo nível de 1980. Uma estagnação de 30 anos"

A situação do mercado de trabalho no Brasil vai permanecer ruim a longo prazo, porque a educação aumentou nas últimas décadas, mas a produtividade está estagnada desde os anos 1980, já que a qualidade do ensino é muito baixa no país. A afirmação foi feita pelo professor Naércio Menezes, coordenador do Centro de Políticas Públicas do Insper, no painel Emprego, renda e infraestrutura, durante o seminário Correio Debate: Desafios para 2020 — O Brasil que nos aguarda.

O professor ressaltou que o país tem um problema estrutural de produtividade. Se isso não mudar, a renda ficará estagnada. "Falta igualdade de oportunidades. O que vimos foi uma recuperação pequena do emprego, porque os cônjuges entraram no mercado de trabalho para compensar a saída dos chefes de família. Sem oportunidade de emprego, mais jovens entraram na informalidade", explicou.

"Se não melhorarmos a produtividade, a taxa de desemprego não vai cair", disse. O professor comparou escolaridade e produtividade com base no Produto Interno Bruto (PIB) por trabalhador. No país, de 1965 para 1980, a produtividade dobrou, sem investimentos em educação. De 1980 para 2010, o Brasil triplicou a educação, mas não aumentou a produtividade. "Então, em 2010, a produtividade estava no mesmo nível de 1980. Uma estagnação de 30 anos", afirmou.

O motivo desse descompasso, segundo Menezes, é a baixa qualidade de ensino do Brasil. "Mais de 70% dos jovens de 15 anos estão abaixo do nível 2 do Pisa (Programa Internacional de Avaliação de Estudantes, na sigla em inglês), pior patamar da pesquisa", ressaltou. Ao monitorar o desempenho dos jovens durante a prova do Pisa, enquanto alunos da Coreia e Finlândia ficaram com uma média de 50% a 60% de acertos, os brasileiros despencam para 10%. "Pior que isso, 60% nem abriram a questão antes do intervalo da prova, porque não fazem esforço", criticou.

Conforme o professor, embora o gasto com aluno tenha triplicado, as notas são menores do que em 1995. "No quinto ano fundamental, melhorou o desempenho. No nono, a melhora é mais lenta. Mas, no ensino médio, as notas caíram. Ou seja, quem sai do ensino médio sabe menos do que sabia em 1995. Chega ao mercado de trabalho com nota média muito baixa", destacou.

Mais afetados

Além disso, 30% dos jovens brasileiros com 18 anos não estudam nem trabalham. "Isso tem a ver com o desemprego. A situação aumenta a probabilidade de a juventude entrar no crime", alertou. Ao desenhar a composição do desemprego, Menezes apontou que os grupos mais afetados são jovens e filhos que

➡

moram com os pais. Depois, vêm os chefes de família, o que explica o aumento do número de cônjuges entrando no mercado de trabalho.

"Hoje, 50% dos jovens conseguem completar o ensino médio, antes eram 25%. Mas esses jovens chegaram ao mercado de trabalho numa época de crise. Por isso, são os mais afetados. Há uma recuperação, mas os jovens estão entrando, principalmente, no mercado informal", destacou. "É uma recuperação precária do mercado de trabalho, é o jovem que vai ser motorista de aplicativo, entregador de pizza", afirmou.

Para mudar o quadro, Menezes disse que uma das medidas mais urgentes, para 2020, é reformular a gestão educacional no país. "É preciso ter um plano nacional de educação. Um sistema nacional de avaliação da educação, de forma que municípios, estados e o governo federal se juntem para organizar como vai funcionar a gestão da educação no país. Hoje em dia, as coisas são muito desorganizadas, cada município decide a política que acha melhor. Então, é preciso ter uma coordenação maior entre todos os entes para melhorar a gestão. Especialmente no ensino médio, que é onde o gargalo se encontra", assinalou.

No mercado de trabalho, Menezes sustentou que será necessário avaliar os programas de qualificação do trabalhador. "Gastou-se muito com programas de qualificação e treinamento, como o Pronatec, por exemplo, sem uma boa avaliação dos resultados. Então, não se sabe o que funciona e o que não funciona. É necessário fazer uma avaliação do impacto desses programas na carreira dos jovens e dos adultos, especialmente os que estão precisando se requalificar por causa do desemprego. E aí, seguir uma nova geração de programas baseados em evidências para ajudar na inserção dessas pessoas no mercado de trabalho."

* Estágiário sob supervisão de Odail Figueiredo

Com Walmor Parente (DF), Beth Paiva (RJ) e Henrique Barbosa (PE)
reportagem@colunaesplanada.com.br

## Parou

Oficialmente lançada pelo Ministério da Educação, a carteira digital estudantil, gratuita, corre o risco de ser derrubada. A Medida Provisória 895/19, que criou o documento, pode perder a validade. Foi enviada em setembro pelo presidente Bolsonaro e até agora aguarda a instalação da comissão que irá analisá-la e votá-la.

## Trava ciumenta

Para piorar e travar a situação, o PCdoB, que controla a UNE – e há anos monopoliza a emissão da carteirinha, cobrando – apresentou 55 emendas ao texto.

Agência Brasil

http://agenciabrasil.ebc.com.br/

26/11/2019

# Inadimplência de alunos é de 5,9% no 1º semestre, revela pesquisa

No ensino superior, índice é menor: 4,9%

Por Ludmilla Souza - Repórter da Agência Brasil São Paulo

A inadimplência de alunos em instituições de ensino particular em todo o país aumentou no primeiro semestre de 2019. Comparada com a quantidade de negativações do ano passado, depois de dois anos consecutivos de queda no índice, a falta de pagamento das mensalidades de alunos dos ensinos infantil, fundamental e médio cresceu 5,9% nos primeiros seis meses do ano, enquanto no ensino superior o incremento foi de 4,9% durante o mesmo período.

É o que revela pesquisa da empresa Serasa Experian. No acumulado entre janeiro de 2014 e junho de 2019, o total de negativações nos três níveis escolares é 20,8% maior de quando o indicador foi iniciado. Universitários têm maior porcentagem de dívidas não pagas: 47,2%.

Segundo o economista da Serasa Luiz Rabi, a queda dos últimos dois anos pode ser explicada porque o país começou a sair da recessão, mas o aumento durante o primeiro semestre tem relação direta com inflação dos quatro meses de 2019.

"Esse fator fez com que os índices de inadimplência aumentassem, batendo recordes durante todo o primeiro semestre. O aumento afeta todos os segmentos, e não seria diferente com as escolas particulares", afirmou.